



**RELATÓRIO ANUAL DA  
ADMINISTRAÇÃO | 2020**

Pré-Sal Petróleo



**Pré-sal**  
Petróleo

# SUMÁRIO

➤➤	<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>3</b>
➤➤	<b>VISÃO GERAL DA COMPANHIA .....</b>	<b>4</b>
	O impacto da pandemia .....	5
	Papel da empresa .....	6
	Direcionamento estratégico.....	7
	Custeio e investimento .....	8
	Estrutura organizacional .....	9
	Transformação digital .....	11
➤➤	<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA .....</b>	<b>12</b>
	Estrutura de governança .....	13
	Programa de Integridade .....	14
	Planejamento Estratégico .....	15
	Gestão de riscos.....	16

➤➤	<b>RESULTADOS DA GESTÃO.....</b>	<b>17</b>
	Contratos de partilha de produção .....	18
	Acordos de individualização da produção .....	34
	Comercialização de petróleo e gás.....	37
➤➤	<b>INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS.....</b>	<b>40</b>
	Operações da companhia .....	41
	Realização orçamentária .....	42
	Receitas para a União .....	43

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 entrará para a história como um momento difícil para a humanidade, e na nossa companhia isso não foi diferente. A pandemia exigiu mudanças radicais em nossos modos de viver e trabalhar. Como em todas as empresas, tivemos que nos adaptar rapidamente à realidade do home office e das reuniões a distância; à harmonização das demandas do lar e da família com as profissionais; e a aprender a inovar nas soluções coletivas, sem deixar de atender às nossas responsabilidades para com a União e à interação com os nossos diversos interlocutores do governo, da indústria e da sociedade em geral.

Contudo, é meu privilégio apresentar à sociedade, mais uma vez, os significativos resultados alcançados pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) nesse período. Diante de cada obstáculo, nossa equipe escolheu seguir adiante, priorizando o comprometimento, a adaptabilidade, a resiliência e a disposição de cumprir sua missão. Dessa forma, posso afirmar que não houve prejuízo nem na condução da empresa, nem no cumprimento das metas estratégicas planejadas. Sob a orientação da área de Planejamento Estratégico, atualizamos metas e objetivos para o ciclo 2021-2025. Ao longo do ano, revisamos vários documentos relativos à gestão da integridade, avançamos na transformação digital e no relacionamento com os nossos públicos de interesse. Atentos ao nosso propósito, buscamos aprimorar processos, para melhor gestão dos contratos de partilha de produção em vigor no Polígono do Pré-Sal; e nos colocamos próximos

aos operadores, a fim de ajudá-los na travessia deste período turbulento. Dos 17 contratos, seis já declararam comercialidade; e os demais estão em fase de exploração. Há muito trabalho em curso.

Em 2020, também cumprimos nossa missão de representar a União na realização de acordos de individualização da produção e comercializamos quase 3 milhões de barris de petróleo e 40 milhões de metros cúbicos de gás natural de propriedade da União. Fechamos o ano com uma arrecadação de R\$ 704,2 milhões para os cofres públicos. Mas as perspectivas vão muito além e apontam para uma crescente expansão dessa atividade econômica, com efeitos correspondentes na geração de emprego, renda e desenvolvimento social.

O estudo *Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção*, apresentado em novembro no 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, ofereceu análises acuradas que estimam que, até 2030, a produção média diária nos campos do Polígono do Pré-Sal saltará dos 47 mil barris por dia, registrados em dezembro de 2020; para 3,6 milhões de barris diários, acumulando 1 bilhão de barris para a União, ao longo de dez anos. Isso significa uma receita para os cofres públicos da ordem de US\$ 75,3 bilhões com a comercialização – ou um total de US\$ 204,4 bilhões em participações governamentais, quando acrescidos royalties e impostos federais.

Diante desse cenário de crescimento da produção da União, decidimos dar um novo passo em nosso processo de comercialização. Após estudarmos alternativas,

terminamos o ano com a divulgação de um pré-edital de licitação internacional para a contratação de um agente comercializador para a produção de petróleo da União na Área Individualizada de Tupi. Até então, temos comercializado diretamente os hidrocarbonetos da União; e essa será a primeira experiência de contratação de agente externo.

O ano da pandemia também foi o ano em que trabalhamos em dois projetos de extrema relevância e, até então, inéditos na empresa: a negociação dos Acordos de Coparticipação dos Campos de Búzios e Itapu – um novo instrumento jurídico que passará a vigorar no pré-sal e de vital importância para definir participações da União nesses campos – e a representação da União para estudos das áreas de Atapu e Sépia. Este último é um trabalho denso e será realizado com o propósito de aumentar a atratividade da nova rodada de volumes de excedentes da cessão onerosa, planejada para ocorrer em 2021, com a promessa de trazer vultosos recursos para os cofres públicos.

Cumprida a missão em 2020, é hora de olhar para frente. Sabemos que os próximos anos ainda serão marcados pelos impactos econômicos da pandemia e nos exigirão mais esforço para continuarmos trazendo bons resultados. Enfrentaremos este cenário da mesma forma: valorizando o conhecimento, as pessoas e a nossa missão, visão e valores, sempre perseguindo melhorias para aumentar a nossa eficiência.

*Eduardo Gerck*  
Diretor-Presidente

# VISÃO GERAL DA COMPANHIA

O impacto da pandemia  
Papel da empresa  
Direcionamento estratégico  
Custeio e investimento  
Estrutura organizacional  
Transformação digital

## O IMPACTO DA PANDEMIA

A pandemia da Covid-19, que afetou a saúde da população mundial e ocasionou reflexos econômicos irreparáveis, fez com que o ano de 2020 também fosse diferente para a indústria de petróleo e gás, e para a Pré-Sal Petróleo (PPSA). A atuação remota, iniciada em março do ano passado, exigiu esforços redobrados de sua equipe de Tecnologia da Informação, para a disponibilização de ferramentas on-line e ampliação de sistemas de segurança de informação, além de flexibilidade dos técnicos em todas as áreas de atuação, a fim de garantir, assim, a continuidade do trabalho sem perda de produtividade.

Ao longo do ano, todas as reuniões de equipe e de colegiados passaram a ser realizadas por via digital, sem descontinuidade na interação entre os membros dos colegiados, nos processos administrativos e nas deliberações necessárias à produtividade e eficiência da empresa. Em média, foram realizadas cerca de 600 reuniões remotas mensais por meio da plataforma Teams.

A Diretoria Executiva criou um comitê para discutir e implementar ações preventivas e corretivas durante a crise, atendendo às exigências legais e necessárias para a continuidade das atividades. Reportes semanais foram encaminhados ao MME sobre a saúde dos profissionais. No segundo semestre, foi implantado um comitê para estudar e elaborar o Plano de Retorno Presencial ao Escritório Central da PPSA, estabelecendo regras com base nas

legislações vigentes. O plano foi constituído, e diversas ações foram tomadas para permitir o retorno. Porém, a continuidade da doença não permitiu a volta presencial em 2020.

Naturalmente, a pandemia também teve reflexos nos contratos de partilha de produção geridos pela empresa, trazendo desmobilização de escritórios regionais de operadoras e consorciadas, atraso nas licitações e na elaboração de planos de desenvolvimento e, em alguns casos, impacto na produção, por afastamento de profissionais. A relação com fornecedores, governo e contratados também precisou se adaptar à realidade do afastamento. Pela primeira vez, o Fórum Técnico promovido anualmente pela companhia (e que já se tornou um tradicional ponto de encontro de líderes do setor) também foi realizado virtualmente.

O ano foi marcado pelo espírito de resiliência, colaboração, criatividade e esforço. Como resultado, a empresa conseguiu se adaptar com sucesso ao teletrabalho, garantindo a continuidade de suas atividades com qualidade e atingindo as metas e os resultados esperados para o ano de 2020.






Créditos: Shutterstock

## PAPEL DA EMPRESA

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) é uma empresa pública, fundada em 2013 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com o propósito de maximizar os resultados econômicos da União nas atividades realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas. Localizado em uma área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o Polígono do Pré-Sal está entre as mais importantes descobertas de petróleo e gás natural dos últimos anos.

Por esta ser considerada uma área de baixo risco e alta produtividade, toda a exploração a ser realizada nessa região é obrigatoriamente contratada em regime de partilha de produção, no qual a União recebe uma parcela da produção do campo durante a sua vida útil. A mesma obrigatoriedade se estende às áreas que forem consideradas estratégicas em qualquer região brasileira pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Para desempenhar seu papel, a PPSA atua em três frentes:

-  Gestão dos contratos de partilha de produção;
-  Representação da União nos Acordos de Individualização da Produção (AIP) que ocorrem no Polígono do Pré-sal e em áreas estratégicas – e que também concedem ao Governo Federal uma participação na produção do campo; e
-  Gestão da comercialização das parcelas de petróleo e gás da União, sejam estas originárias dos contratos de partilha de produção ou dos AIPs.

A companhia tem o capital humano como seu principal ativo. O conhecimento técnico dos profissionais, bem como a capacidade de gestão e de relacionamento com todos os públicos de interesse têm garantido resultados crescentes e uma gestão eficiente, que concilia os interesses do Estado com as demandas da indústria.

Em 2020, a empresa arrecadou R\$ 704,2 milhões para a União com a venda de hidrocarbonetos e a realização de conciliações financeiras (chamadas tecnicamente de Equalização de Gastos e Volumes) decorrentes dos acordos de individualização da produção. Desde março de 2018, quando foi realizada a primeira comercialização de petróleo da União, a arrecadação acumulada da companhia para a União é de R\$ 2,7 bilhões.

Além dessas atribuições, a PPSA participa ativamente das discussões do setor de petróleo e gás, contribuindo para a formulação de políticas públicas. Em 2020, a empresa conduziu estudos técnicos sobre os volumes excedentes dos campos de Sépia e Atapu, que auxiliarão o Governo Federal a realizar uma nova rodada de licitação desses campos. Prevista para o quarto trimestre de 2021, a rodada tem, na avaliação do MME, potencial de investimentos da ordem de R\$ 204 bilhões.



## DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO



### MISSÃO

Maximizar os resultados econômicos nos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção e na gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.



### VISÃO

Merecer o reconhecimento da sociedade, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social.



### VALORES

Defesa do interesse nacional;  
Retidão e idoneidade;  
Clareza e transparência;  
Competência e capacitação técnica.

## CUSTEIO E INVESTIMENTO

Os recursos para custeio das atribuições legais da PPSA advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME). Este prevê a contrapartida para a remuneração dos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural, e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

A remuneração pela gestão e representação da União nos contratos é proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada um deles. Como condição para o faturamento, a Pré-Sal Petróleo elabora o Relatório Mensal de Remuneração, com todas as informações sobre os contratos sob gestão da empresa, até o quinto dia útil do mês subsequente, para que o MME efetue a conferência e libere o aceite dos serviços.

Os recursos para manutenção e ampliação das atividades oriundas das atribuições legais da companhia advêm dos aportes de capital da União (acionista única) e dos valores correspondentes às parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 12.304/2010. Em 2020, a PPSA recebeu aportes de capital de R\$ 2,4 milhões da União, tendo integralizado totalmente o capital social subscrito. O MME

também quitou todos os valores pendentes com a empresa, no tocante às parcelas do bônus de assinatura, no montante total de R\$ 99,8 milhões, devidos pela realização das 5ª e 6ª Rodadas de Partilha de Produção e do Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (LVECO).

No mesmo ano, a empresa investiu R\$ 24,8 milhões em software, sendo a maior parte destinada para a área técnica de exploração, geologia e geofísica.





## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Altamente qualificada, a equipe da PPSA é formada por profissionais com sólida experiência na indústria de óleo e gás. Cerca de 80% dos funcionários possuem pós-graduação, mestrado e/ou doutorado. A capacitação da equipe, reconhecida pelo mercado, é peça-chave para resguardar os interesses da União em todas as frentes de atuação da empresa.

A empresa encerrou 2020 com 57 das 58 vagas de seu quadro

peçoal. Uma das iniciativas estratégicas da PPSA pressupõe a realização de processo seletivo público para contratação de quadro permanente. Para tanto, a empresa elaborou o seu primeiro Plano de Cargos e Salários, já aprovado pelo seu Conselho de Administração e pelo MME. Após recomendações da SEST, o plano foi revisado e se encontra em fase de análise e aprovação final, pelo mesmo órgão.

### Composição do Quadro de Pessoal Autorizado para a PPSA

**1** Diretor-presidente

**3** Diretores

**58** cargos de empregados de livre provimento.  
Aprovação: Portaria SEST n° 2.772, de 30/01/2020)

*(\*) Regime de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - Lei n° 12.304/2010, art. 13.*

*(\*\*) De acordo com o Estatuto Social, a companhia terá, no máximo, 150 empregados permanentes, além dessas 58 funções gratificadas de livre provimento, observado o limite aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia.*

## Liderança

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente José Eduardo Vinhaes Gerk e três diretores nomeados pelo Conselho de Administração: Paulo Carvalho, Samir Awad e Osmond Coelho Junior. O prazo de gestão é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Em 2020, a empresa promoveu sua primeira mudança organizacional, redefinindo as áreas de atuação entre suas diretorias. A iniciativa foi planejada para atender ao aumento da demanda de trabalho dos últimos dois anos.

 [Acesse o organograma completo no site](#)

### Nova composição

#### PAULO CARVALHO

##### Diretor-Técnico

Superintendência de Desenvolvimento e Produção

Superintendência de Exploração

Superintendência de Reservatórios

#### OSMOND COELHO

##### Diretor de Gestão de Contratos

Gerências Executivas de Contratos

Coordenação Técnica de Gestão de Projetos e Contratos

Assessoria Especial

#### SAMIR AWAD

##### Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Gerência de Controle e Finanças  
Gerência de Licitação e Contratos

Gerência de Tecnologia da Informação

Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás

# TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Promover a transformação digital e aumentar a agilidade dos processos internos são ações que compõem uma das quatro diretrizes do Planejamento Estratégico da PPSA. Em 2020, foi finalizado o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Partilha da Produção (SGPP), projeto iniciado em 2018 para acompanhar todas as etapas dos contratos de partilha de produção.

O SGPP facilita, significativamente, o processo de reconhecimento de custos e auxilia na realização de acordos de individualização da produção e na gestão da comercialização do petróleo e gás da União. Pelo sistema, a PPSA consegue simular as cargas da União previstas para cada contrato, com antecedência de até um ano.

O próximo projeto da área será o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos, visando trazer rastreabilidade, confidencialidade e armazenamento seguro. Também está nos objetivos da empresa o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Tecnologia da Informação (SGTI).



# GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de governança  
Programa de Integridade  
Planejamento Estratégico  
Gestão de Risco

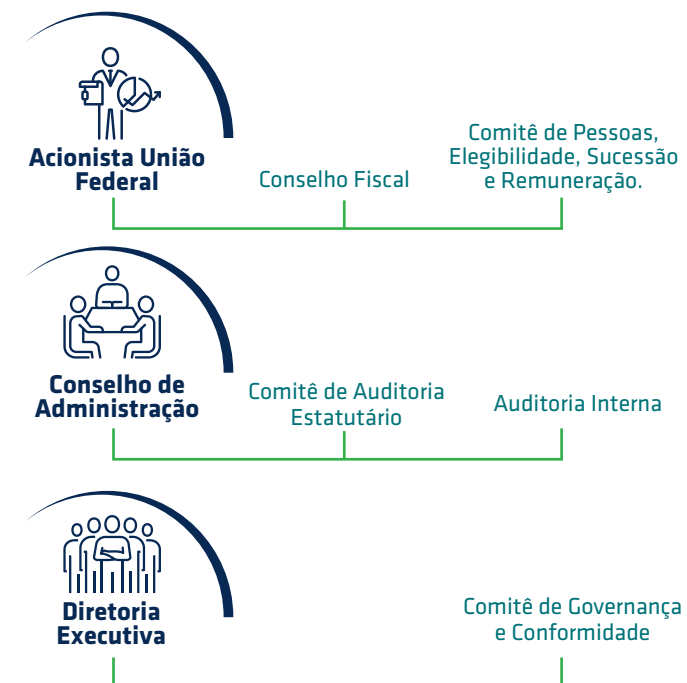
## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da PPSA é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria (COAUD) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Em abril de 2020, o Conselho de Administração nomeou José Mauro Ferreira Coelho, com prazo de gestão até maio de 2022, como presidente do conselho, indicado pelo MME, em substituição a Marcio Felix Carvalho Bezerra.

Entre as aprovações do Conselho de Administração, destaque para a revisão do Regimento Interno, do Plano de Cargos e Salários, do Plano Anual de Negócios 2021 e do Plano Estratégico 2021-2025. A competência de cada órgão estatutário está descrita no Estatuto Social, que traz uma série de regramentos que norteia os atos da administração e define a estrutura organizacional interna, bem como as funções das áreas que a compõe.

 [Acesse o Estatuto Social](#)

A figura abaixo demonstra a relação entre os órgãos.



A PPSA tem aprimorado continuamente a sua governança, promovendo as melhores práticas e atendendo a toda a base legal e normativa exigida para as empresas estatais. Norteada pelos princípios de ética, transparência, clareza, idoneidade e prestação de contas aos colegiados, a empresa conta com uma estrutura institucional de políticas e instrumentos de gestão, que estabelecem padrões a serem observados para a boa governança do negócio.

## PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em continuidade à implantação de seu Programa de Integridade, que está em desenvolvimento desde 2019, a empresa lançou, em setembro de 2020, o seu novo Código de Conduta e Integridade e a Política Anticorrupção. A Política Anticorrupção reforça o compromisso da empresa de manter os mais elevados padrões de integridade, ética e governança nos negócios, estabelecendo claras diretrizes de combate à corrupção. O Código de Conduta e Integridade, por sua vez, norteia os princípios éticos que devem pautar o dia a dia dos empregados, contemplando os preceitos de conduta mandatórios a todos. Esses dois documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração da empresa, em agosto do ano passado. O Programa de Integridade contará com um total de 14 documentos.

Para fortalecer a importância da temática, iniciou-se um programa de comunicação de alertas de integridade e de treinamentos com a equipe e os colegiados. A companhia também lançou, em outubro de 2020, um Canal de Denúncias próprio para a comunicação sobre qualquer violação ao Programa de Integridade da empresa. A disponibilidade de um canal exclusivo segue as melhores práticas do mercado, reafirmando o compromisso da PPSA com a transparência e a ética. Esse novo canal também pode ser utilizado para dúvidas, reclamações, pedidos de informação, sugestões ou críticas. Não houve nenhuma manifestação em 2020. A PPSA também atende à sociedade pelo portal Fala.BR, do Governo Federal.



**0800 900 8005**  
Canal de Denúncias  
**Pré-sal Petróleo**

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico 2021-2025 foi elaborado no último trimestre de 2020 por um grupo multidisciplinar formado pelos diretores, superintendentes, gerentes de áreas, gerentes-executivos e assessores. Foram utilizados, como subsídios, análises do cenário econômico e energético para os próximos anos, resultados de pesquisa realizada com públicos de interesse, avaliação do contexto atual da companhia e de suas necessidades futuras, e normativas legais. O plano, construído em consonância com os macroprocessos da PPSA, conta com quatro diretrizes estratégicas, sendo que as três primeiras foram mantidas do ciclo anterior.

### Diretriz 1

Praticar todos os atos necessários à gestão dos CPPs, à gestão dos VECOs e à representação da União nos AIPs

- ⇒ Aprimorar a eficiência dos processos técnicos e de gestão da PPSA; e
- ⇒ Realizar todos os atos necessários que envolvem a participação da PPSA nos estudos relacionados aos VECOs.

### Diretriz 2

Implementar o processo de comercialização de petróleo e gás

- ⇒ Definir modelo de comercialização de petróleo;
- ⇒ Reduzir dependência de sistema DP de offloading;
- ⇒ Identificar novos modelos para a comercialização do gás natural; e
- ⇒ Estimar o valor dos petróleos da União.

### Diretriz 3

Desenvolver a estruturação da empresa e promover a transformação digital

- ⇒ Estruturar a empresa quanto aos recursos humanos e financeiros;
- ⇒ Implantar a transformação digital da Pré-Sal Petróleo;
- ⇒ Ampliar a comunicação da companhia junto aos públicos de interesse; e
- ⇒ Adequar a empresa às melhores práticas de integridade.

### Diretriz 4

Promover a Gestão do Conhecimento na PPSA para a continuidade da inteligência corporativa

- ⇒ Avaliar o cenário organizacional e gerar diagnóstico do conhecimento da empresa;
- ⇒ Definir um plano da implantação da gestão do conhecimento;
- ⇒ Iniciar a disseminação da cultura da gestão do conhecimento na companhia.

## GESTÃO DE RISCOS

A gestão dos riscos é monitorada pela equipe de planejamento estratégico da empresa. Para a implantação do Ciclo de Gerenciamento de Riscos, é criado, anualmente, um grupo de trabalho multidisciplinar. O relatório final é aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria Estatutário acompanha, no mínimo trimestralmente, o posicionamento dos riscos na Matriz de Probabilidades e Impactos, bem como o status dos riscos. Os principais temas com riscos associados à companhia pelos próximos cinco anos são:

- Estruturação e crescimento da empresa;
- Sustentabilidade financeira de longo prazo da PPSA;
- Processo de comercialização de óleo e gás; e
- Integridade e segurança da informação.

Para cada um dos riscos há um plano de mitigação acompanhado pelo processo de gerenciamento de riscos da PPSA.



# RESULTADOS DA GESTÃO

Contratos de partilha de produção  
Acordos de individualização da produção  
Comercialização de petróleo e gás da União

## CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

O regime de partilha de produção difere do de concessão, no qual os investidores oferecem bônus pelos campos e, em troca, apropriam-se de todo o óleo. Na partilha, o bônus é fixo; e a disputa ocorre, nas rodadas de licitação, pelo percentual de excedente da produção de petróleo e gás natural ofertados à União. Ganha quem oferecer o maior percentual de excedente dessa produção. Em 2013, a 1ª Rodada de Partilha de Produção promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) resultou no Contrato de Libra. Até 2020, foram realizadas seis rodadas de partilha de produção e uma rodada de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (VECOs), somando 17 contratos operados por cinco empresas. Todos são geridos pela PPSA.

Como gestora, a PPSA tem como obrigação acompanhar e aprovar a execução dos projetos nas fases de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, presidindo o comitê operacional dos diversos consórcios. A empresa também monitora, aprova e audita os gastos com custeio e investimento passíveis de recuperação pelos contratados, via o volume

de petróleo produzido; verifica o cumprimento das exigências do conteúdo local no desenvolvimento das jazidas petrolíferas do Polígono do Pré-Sal; e presta as informações necessárias para que a ANP exerça suas funções regulatórias.

Atuam na partilha cinco diferentes operadores: Petrobras, BP, Equinor, ExxonMobil e Shell. Para realizar suas atribuições, a companhia conta com sete gerentes-executivos, que trabalham junto aos operadores, apoiados por equipes de geólogos, geofísicos, petrofísicos, engenheiros, entre outras especialidades. Esses profissionais estão lotados nas superintendências de Reservatório, Exploração e Acompanhamento da Produção. Há ainda uma Superintendência de Comercialização. Todo o trabalho é apoiado pela Consultoria Jurídica.

A linha do tempo ao lado demonstra a divisão dos contratos de acordo com a Rodada de Partilha de Produção promovida pela ANP.



**Acesse no site a tabela com a composição dos contratos e excedente em óleo ofertado à União em cada contrato**

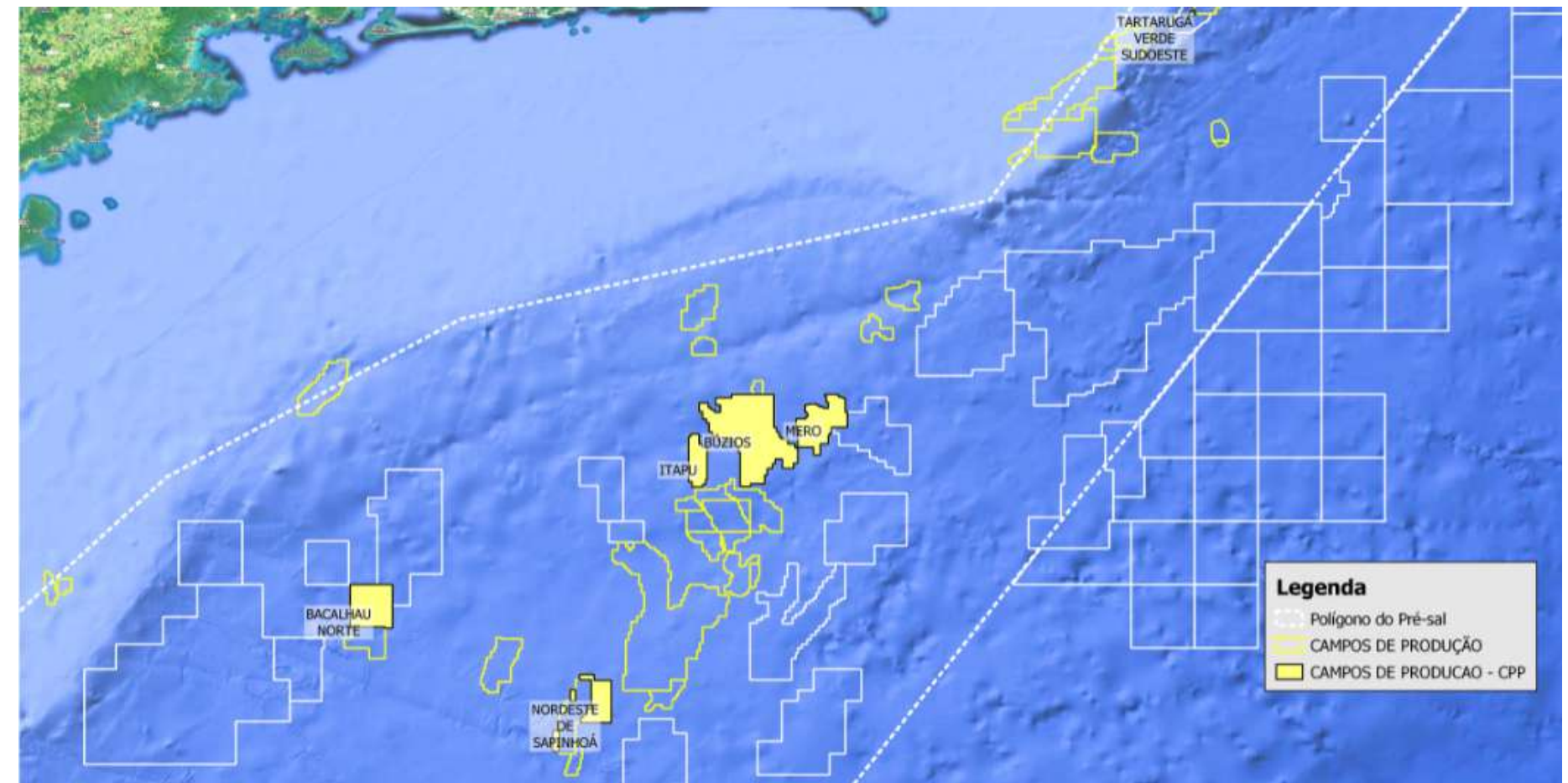


Em 2020, para melhor cumprimento de suas atribuições como gestora, o procedimento de governança para todos os contratos de partilha foi revisado, no âmbito da PPSA. Em outra frente, a empresa inovou, adotando um ambiente em nuvem para fazer o armazenamento e processamento remoto de dados dos reservatórios de petróleo e gás que contam com a participação da União. Foi implementado o ambiente cognitivo de E&P chamado Delfi, permitindo à equipe técnica acesso ao software Petrel e a diversos aplicativos de petrofísica e engenharia de reservatórios – uma iniciativa pioneira na América Latina. Dessa forma, mesmo com o isolamento social exigido pela pandemia da Covid-19, a equipe pôde fazer a interpretação e modelagem geológica/geofísica dos reservatórios de todos os contratos de partilha, de modo colaborativo e a distância.

Dos 17 contratos, seis já possuem declaração de comercialidade e outros 11 estão em fase de exploração:

Com Declaração de Comercialidade	Em fase de exploração
Libra (Mero)	Sul de Gato do Mato
Entorno de Sapinhoá	Alto de Cabo Frio Central
Sudoeste de Tartaruga Verde	Alto de Cabo Frio Oeste
Norte de Carcará	Peroba
Búzios (Volume Excedente)	Dois Irmãos
Itapu (Volume Excedente)	Três Marias
	Uirapuru
	Saturno
	Pau-Brasil
	Titã
	Aram





### Contratos com declaração de comercialidade



Dos seis contratos com Declaração de Comercialidade, Libra (Mero), Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e Norte de Carcará são oriundos de rodadas de partilha de produção promovidas pela ANP. Os três primeiros já estão em produção, registrando uma média diária de 47 mil barris de petróleo, em dezembro de 2020. Já Búzios e Itapu foram arrematados, em novembro de 2019, na Rodada de Licitações do Volume Excedente da Cessão Onerosa, em que foram ofertadas também as áreas de Atapu e Sépia, sem sucesso. Para que Búzios e Itapu iniciem a operação em partilha de produção, faz-se necessária a assinatura de um Acordo de Coparticipação, uma vez que esses dois campos terão dois contratos vigentes na mesma área (“área coparticipada”): o Contrato de Cessão Onerosa (CCO) e o Contrato de Partilha de Produção (CPP), relativo ao Volume Excedente da Cessão Onerosa. O acordo estabelecerá a participação de cada contrato e a compensação a ser paga à Petrobras pelos investimentos previamente realizados.





Principais destaques dos contratos com Declaração de Comercialidade:

**Área de Desenvolvimento de Mero**

-  Obtida a aprovação da ANP para extensão da fase de exploração, até 28/02/2025, das áreas Central e Sudeste de Libra;
-  Realizada a contratação de uma sonda para perfuração e completção na Área de Mero 2 e dos sistemas submarinos do projeto de Mero 2;
-  Dada continuidade ao processo de construção, na China, dos FPSOs de Mero 1 e de Mero 2; e
-  Concluído o processo de licitação do FPSO de Mero 3 e encaminhado ao mercado o processo de licitação do FPSO de Mero 4.






**Entorno de Sapinhoá**

-  Adiada a perfuração do poço ADR NE SPH para o segundo trimestre de 2021;
-  Concluído o 1º aditivo ao Acordo de Gestão;
-  Iniciada a elaboração do procedimento de redeterminação; e
-  Iniciada a negociação do Regimento Interno.






**Bacalhau Norte**

-  Concluído o Plano de Desenvolvimento;
-  Iniciado o processo de unitização do campo com área não contratada; e
-  Obtida a declaração de comercialidade em dezembro de 2020, criando as Áreas de Desenvolvimento de Bacalhau (BM-S-8) e Bacalhau Norte (Norte de Carcará).









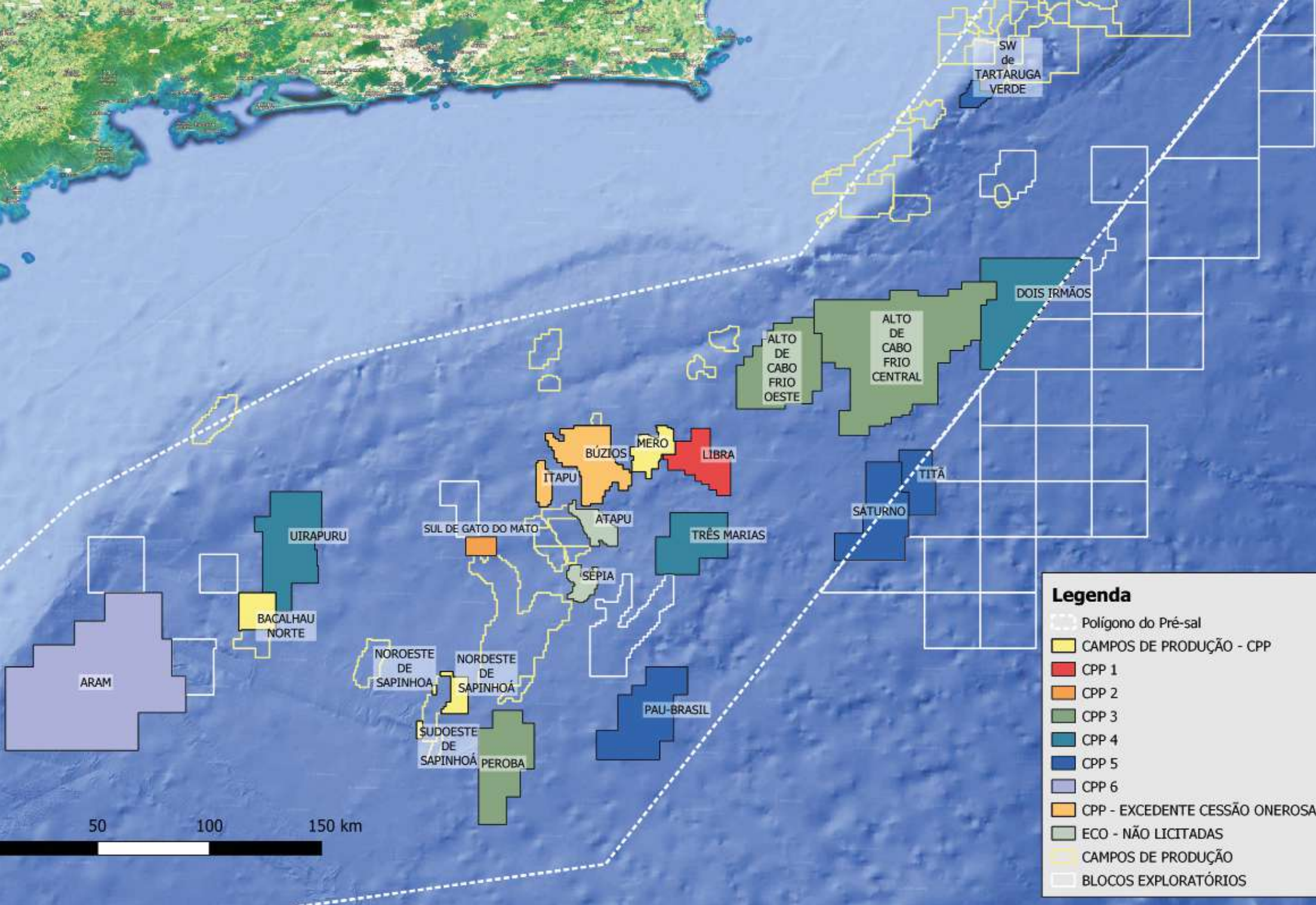
**Sudoeste de Tartaruga Verde**

-  Concluída a perfuração do prospecto Natator;
-  Retomada a negociação do Acordo de Gestão da jazida compartilhada em função da entrada da Petronas no BM-C-36; e
-  Iniciado o planejamento para perfuração do prospecto Altochelis.



### Volume Excedente de Búzios e Itapu

-  Assinados os contratos de partilha de produção no fim de março;
-  Elaborados, em março, os Planos de Trabalho da PPSA para suportar a negociação dos Acordos de Coparticipação;
-  Realizada a conclusão e validação do modelo econômico de Búzios, para cálculo dos VPLs (Valores Presentes Líquidos), da participação governamental e da compensação;
-  Realizadas reuniões com a Petrobras sobre o plano de gerenciamento de gás em Búzios e para os Planos de Contratação para o CPP, para a adesão aos contratos existentes, o compartilhamento de contratos do operador, o projeto de fibra ótica para as plataformas de Búzios, a perfuração de poços de aquisição de dados de reservatório etc.;
-  Concluída a elaboração dos seguintes documentos para Búzios: Plano de Desenvolvimento Parcial, Plano de Desenvolvimento Global, Acordo de Coparticipação, Acordo de Gestão e Acordo de Individualização da Produção para envio à ANP em 2021; e
-  Realizados o alinhamento, entre a PPSA e a Petrobras, das minutas do Acordo de Coparticipação (ACP) e do Acordo de Gestão (AG) para Itapu; e a avaliação dos capítulos que irão compor o Plano de Desenvolvimento Global a ser submetido à ANP em conjunto com o ACP.






### Contratos em fase de exploração

Todos os blocos em fase de exploração foram arrematados entre a 2ª e a 6ª Rodadas de Partilha de Produção, promovidas pela ANP. Nessa fase, os consórcios desenvolvem atividades geológicas e geofísicas, buscando descobrir jazidas de petróleo; e avaliam como será realizada a sua extração e produção. A PPSA acompanha todas as etapas, aprovando os planos das operadoras, participando de decisões técnicas e autorizando investimentos. Caso as empresas avaliem que o bloco não possui viabilidade econômica, o mesmo pode ser devolvido para a União.







Principais destaques dos projetos em fase de exploração:

**Sul de Gato do Mato**

-  Aprovada a entrada da Ecopetrol no consórcio, com 30% de participação;
-  Aprovados o Pré-AIP e o Acordo de Governança da jazida compartilhada de Gato do Mato; e
-  Aprovada a extensão da fase exploratória.






**Alto de Cabo Frio Central, Dois Irmãos e Três Marias**

-  Aprovados os regimentos internos dos CPPs;
-  Suspensas as contratações no primeiro semestre e adiamento do início de perfuração do poço exploratório em função da pandemia da Covid-19;
-  Contratadas as sondas de perfuração no segundo semestre; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho e Orçamento para 2021.






### Saturno

-  Aprovado o regimento interno dos CPPs;
-  Concluído o poço pioneiro sem resultado comercial; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho para 2021.







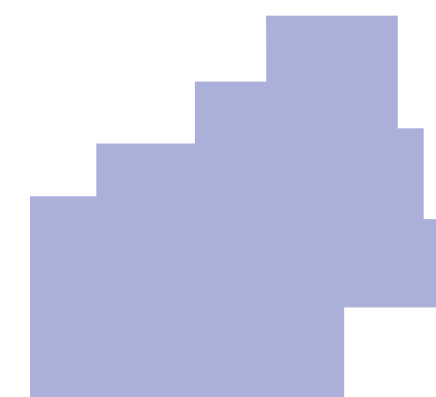
### Uirapuru

-  Concluído o poço na locação Araucária Sul, em março de 2020. Uma descoberta foi notificada à ANP.






**Titã**

-  Aprovado o regimento interno do CPP;
-  Submetidas à aprovação dos consorciados diversas contratações de bens e serviços, com foco na perfuração do poço exploratório, previsto para o primeiro trimestre de 2021;
-  Contratada a sonda de perfuração; e
-  Aprovado o Plano de Trabalho e Orçamento para 2021.




**Aram**

-  Assinado o contrato de partilha de produção (Petrobras, 80%; e CNPC, 20%), em 30 de março de 2020;
-  Realizada a primeira reunião do Comitê Operacional; e
-  Aprovada a estratégia exploratória e de *procurement*, visando à perfuração de um poço pioneiro no fim de 2021.





**Peroba**

-  Dado prosseguimento aos estudos de geologia e reservatórios, de forma a viabilizar o aproveitamento da área, devido ao alto teor de CO2.







**Pau-Brasil**

-  Continuidade da avaliação de subsuperfície; e
-  Em andamento o licenciamento ambiental para três poços.



**Alto de Cabo Frio Oeste**

-  Avaliação dos resultados do prospecto Vidigal;
-  Suspensão da perfuração dos dois poços contingentes;
-  Análise de novas oportunidades exploratórias e de produção; e
-  Aprovada a extensão da fase exploratória.

## Produção atual e estimativa para a década

### Produção atual




A PPSA lançou, em abril de 2020, o Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, para informar à sociedade os volumes totais de petróleo e gás produzidos pelas Áreas de Desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde, bem como a participação da União nesses contratos. Os resultados mensais são disponibilizados para a imprensa e no site da companhia.

Em 2020, a produção total acumulada dos três contratos foi de 16,3 milhões de barris de petróleo e 89,7 milhões de metros cúbicos de gás natural disponíveis para comercialização. Desse total, a União teve direito a 2,9 milhões de barris de petróleo e 32,2 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Na produção de petróleo, o resultado em 2020 destaca a Área de Desenvolvimento de Mero como principal produtora no regime de partilha,

respondendo por 57% do total acumulado (9,3 milhões de barris), seguida dos campos de Sudoeste de Tartaruga Verde (25% – ou 4,1 milhões de barris) e Entorno de Sapinhoá (18% – ou 2,9 milhões de barris). Nas parcelas da União, Entorno de Sapinhoá registrou o maior excedente em óleo acumulado, cerca de 55% do total (mais de 1,5 milhão de barris); e o maior excedente em gás natural disponível acumulado para ser comercializado pela União, cerca de 99,6% do total (32,1 milhões de metros cúbicos).

Desde o início da produção do regime de partilha, em novembro de 2017, até dezembro de 2020, a União acumula uma produção de 7,7 milhões de barris de petróleo e 52,4 milhões de metros cúbicos de gás natural.

-  **3** contratos em produção: Área de Desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste.
-  **4** FPSOs em produção: Pioneiro de Libra na Área de Desenvolvimento de Mero; Cidade de São Paulo e Cidade de Ilhabela no Entorno de Sapinhoá; e Cidade dos Campos dos Goytacazes em Tartaruga Verde Sudoeste.
-  **18** poços em produção: Área de Desenvolvimento de Mero (1), Entorno de Sapinhoá (13) e Tartaruga Verde Sudoeste (4).

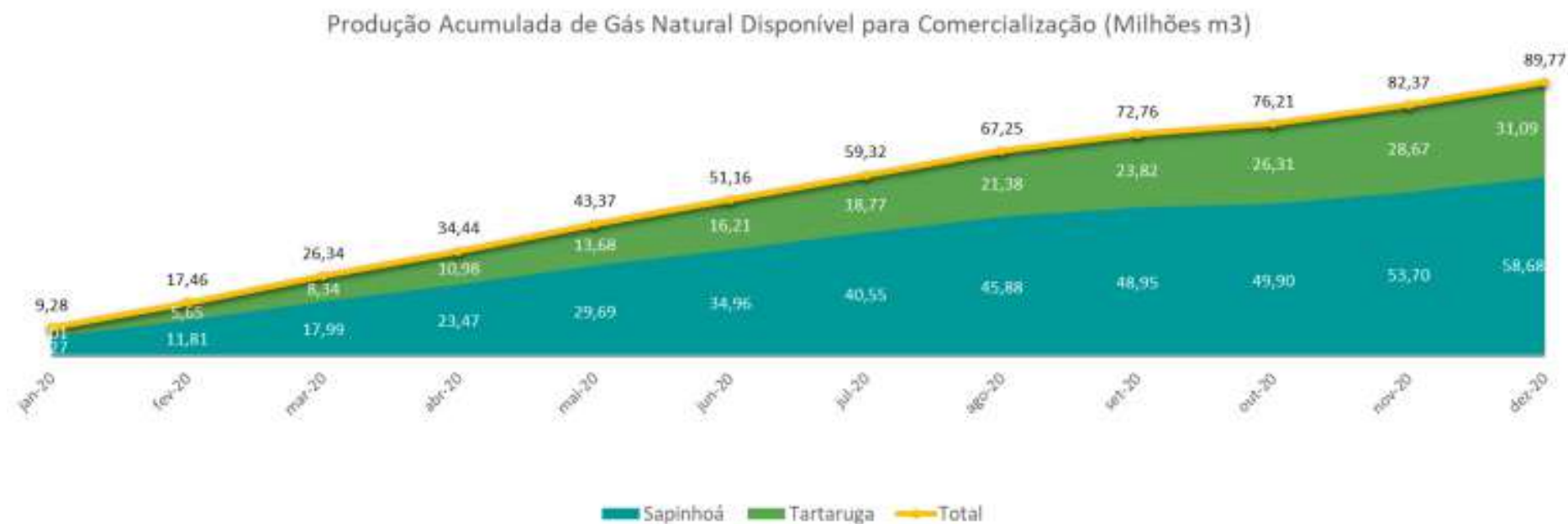
**Produção total de óleo em 2020:**



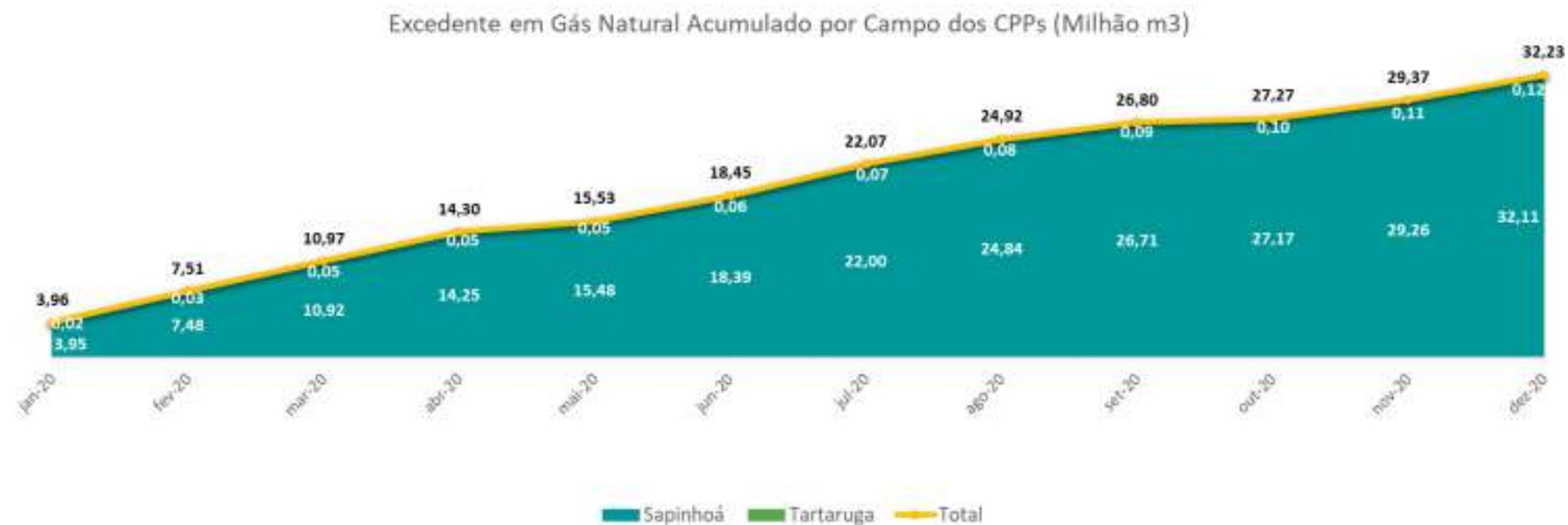
**Excedente em óleo da União acumulado em 2020:**

Excedente em óleo da União acumulado por Campo dos CPPs (Milhão bbl)





**Excedente em gás natural acumulado para a União:**

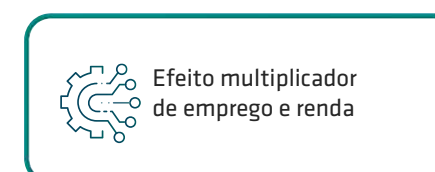
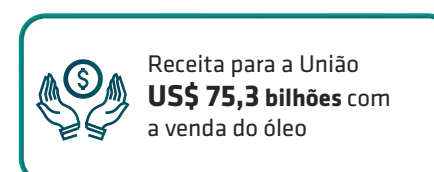
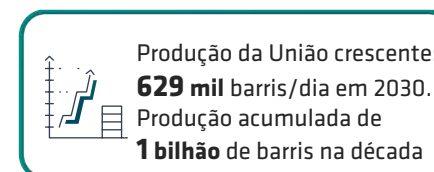
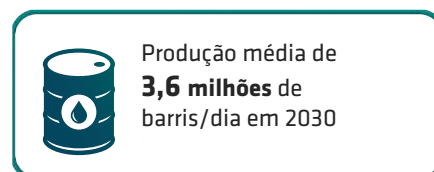


## Estimativa de produção dos 17 contratos até 2030

A projeção de resultados para os 17 contratos sob gestão da PPSA, entre os anos de 2021 e 2030, está retratada no estudo Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção, elaborado pela área de Planejamento Estratégico da companhia. O estudo foi apresentado pelo diretor-presidente Eduardo Gerk, em novembro de 2020, no 3º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, evento virtual que contou com a audiência de cerca de 10 mil pessoas.

O documento projeta a quantidade média de barris/dia de petróleo a ser produzida a cada ano, no período contemplado; bem como o excedente esperado em óleo da União, a arrecadação da União com a comercialização do petróleo e com royalties e tributos federais, além do volume de investimentos a ser realizado pela indústria, nos próximos dez anos.

O cenário é de amplo crescimento. Enquanto, em dezembro no ano passado, a produção média diária em contratos de partilha foi de 47 mil barris (relativa a três contratos), o estudo projeta uma produção diária de 3,6 milhões, em dez anos. O excedente em óleo para a União salta de 8,6 mil barris/dia, em fins de 2020, para 629 mil barris/dia, em 2030. Ao longo da década, isso representa uma produção acumulada de 1 bilhão de barris para o Governo Federal.



[Acesse o estudo completo](#)



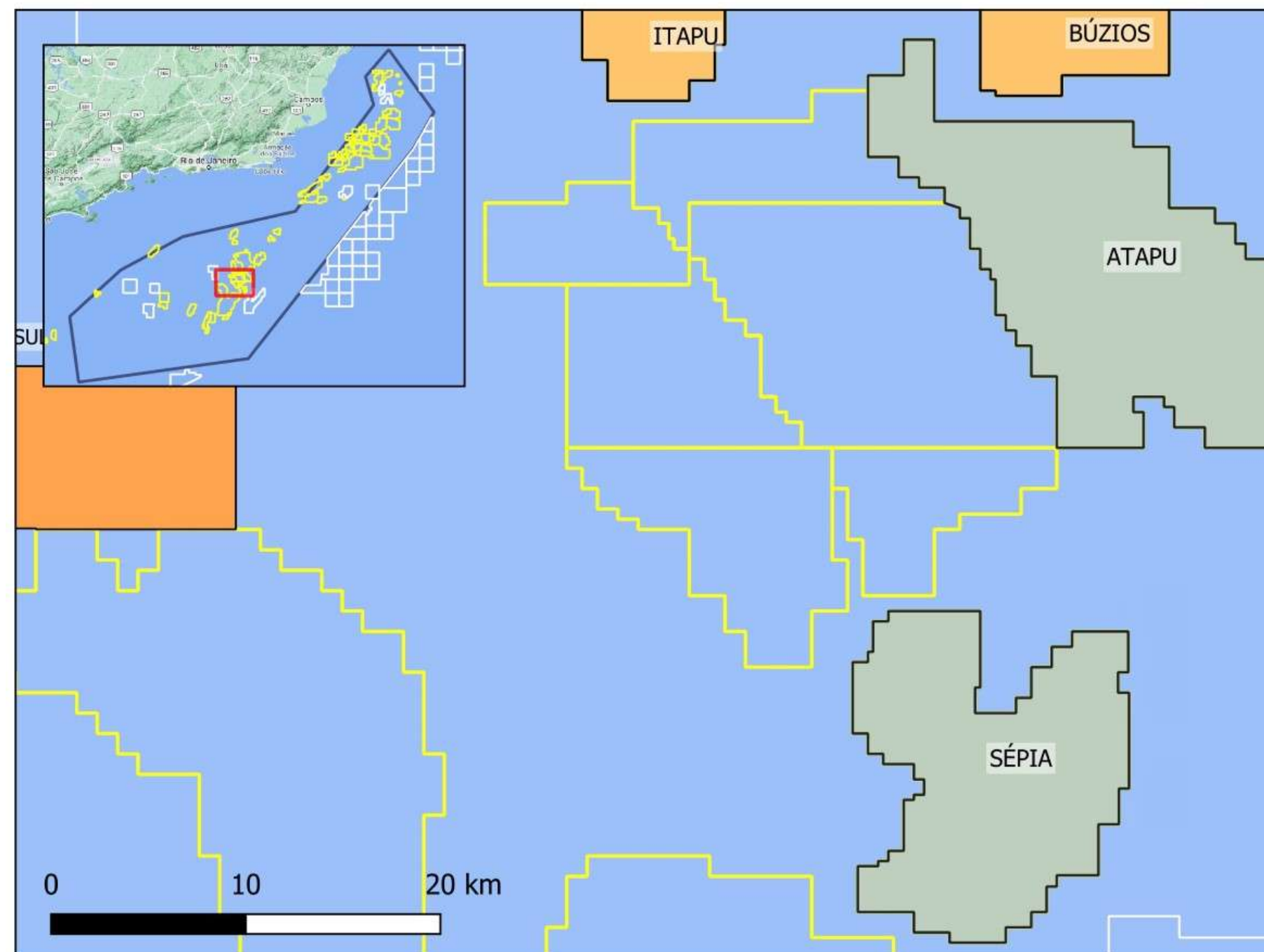
### Representação da União para estudo das áreas de Atapu e Sépia:

Para buscar mais atratividade no novo Leilão de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, planejado para este ano (e atendendo à decisão do TCU no Acórdão 2.430/2019 – Plenário e às determinações da Portaria MME nº 23/2020), a PPSA iniciou, em fevereiro de 2020, um trabalho junto à Petrobras, representando a União, para avaliação técnica das jazidas de Sépia e Atapu.

Em setembro do ano passado, a companhia encaminhou à ANP um relatório técnico, com destaque para a modelagem de reservatórios desenvolvida por uma equipe de geólogos, geofísicos e engenheiros, utilizando softwares especializados e de última geração. Com o relatório, foram submetidas à aprovação do órgão regulador as participações previamente acordadas entre a PPSA e a Petrobras.

Em ato contínuo, a ANP iniciou a avaliação da fundamentação técnica apresentada, analisando o conteúdo do relatório, a consistência dos dados e informações utilizadas, a adequabilidade do fluxo de trabalho executado, a estratégia de desenvolvimento global proposta, os modelos de simulação de fluxo utilizados e os resultados obtidos. Esse processo culminou com a aprovação das participações acordadas, que servirão de base para o edital da 2ª Rodada de Licitação para a contratação dos volumes excedentes em regime de partilha de produção.

Ao longo do ano, a PPSA também realizou estudos econômicos para definir o valor da compensação financeira a ser paga à Petrobras, pelos futuros operadores dos blocos em regime de partilha de produção, pelos investimentos já realizados pela estatal nessas áreas. Os valores serão apresentados ao MME ainda neste ano.



## ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A exploração simultânea de uma mesma jazida por duas ou mais empresas pode se tornar um problema. Eventualmente, a competição entre elas para extrair o petróleo e o gás natural mais rapidamente pode causar danos ao reservatório, reduzindo significativamente a sua vida produtiva. Por isso, sempre que o acúmulo de petróleo e/ou gás natural em uma jazida petrolífera extrapola a área sob contrato, é obrigatória a realização de um Acordo de Individualização da Produção (AIP). Se isso ocorrer em áreas contratadas por dois diferentes operadores, estes celebrarão um acordo entre as partes.

Porém, quando essa extrapolação ocorre para uma área não contratada no Polígono do Pré-Sal ou em áreas estratégicas, os titulares dos direitos de exploração e produção das áreas adjacentes devem celebrar um AIP com a União, que é representada pela PPSA. A companhia atua promovendo o equilíbrio entre as demandas legítimas das empresas envolvidas e a defesa dos interesses da União, garantindo ainda o desenvolvimento e a produção racional e conservativa de toda a jazida. Como resultado desse acordo, a União terá direito a uma parcela da produção do campo.

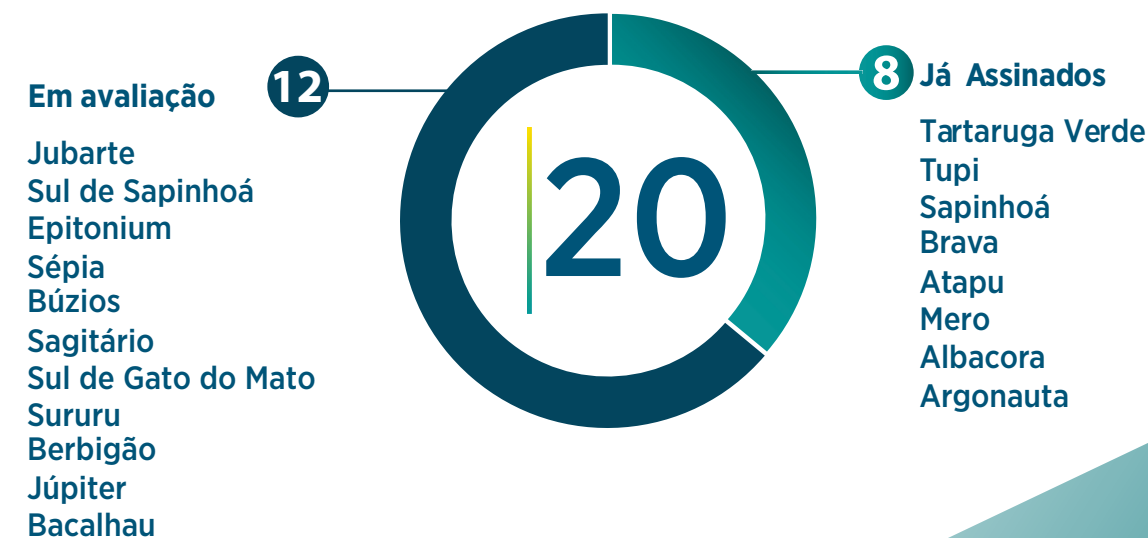
Até o momento, a PPSA já concluiu oito acordos de individualização da produção e trabalha em outros 12 potenciais. Dos oito acordos, um deles foi concluído e submetido à ANP em 2020 – o AIP do pré-sal de Albacora (Forno).

Parcela da jazida fora da área sob contrato (área não contratada)



Desenho esquemático de uma jazida de petróleo e/ou gás natural que extrapola a área de contrato. Nesse caso, procede-se com um acordo de individualização da produção

### Acordos de Individualização da Produção



## Principais destaques de 2020:

- Definida a necessidade de celebração de um AIP em Jubarte (Baleia-Azul e Pirambu);
- Assinado o Aditivo 1 ao Acordo de Gestão do AIP de Sapinhoá;
- Assinado e submetido à ANP, em novembro, o AIP do pré-sal de Albacora (Forno);
- Entregue à ANP o cronograma de submissão do AIP de Jubarte, previsto para 2021;
- Realizada a análise e consolidação do Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) e Equalização de Gastos e Volumes (EGV) de Brava;
- Encaminhada para a fase final a negociação do AEGV do AIP de Mero;
- Aprovados o pré-AIP e o Acordo de Governança de Gato do Mato;
- Assinado o Acordo de Gestão e concluída a versão final do AEGV do AIP de Atapu;
- Iniciada a negociação do PAD conjunto de Sagitário; e
- Iniciada a produção no Campo de Atapu, por meio da P-70.

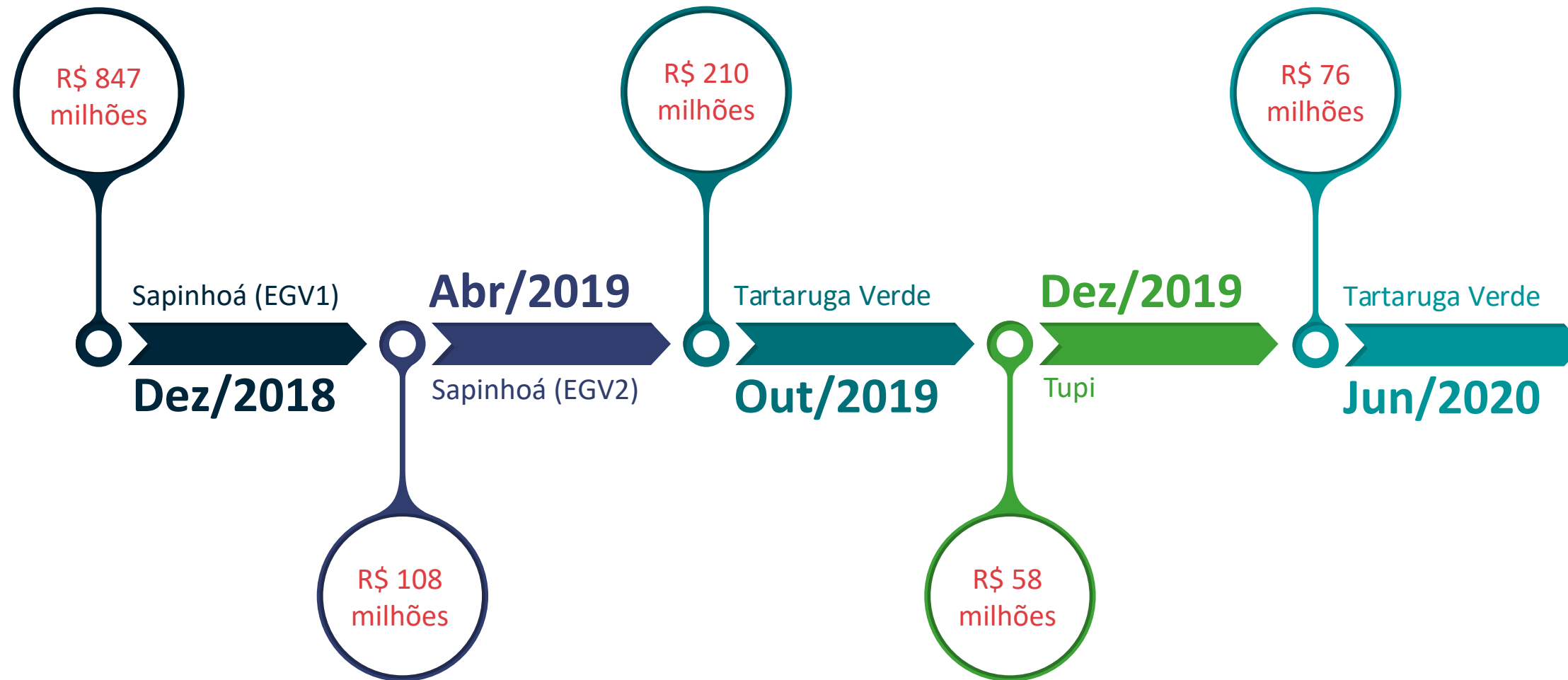
## Equalização de Gastos e Volumes

Caso a ANP autorize o início da produção de uma jazida compartilhada antes mesmo de conceder a sua aprovação ao AIP, todos os volumes produzidos serão apropriados pelos titulares das áreas sob contrato e, em seguida, equalizados financeiramente com a PPSA. Ou seja, a parcela de produção da União na jazida compartilhada terá sido apropriada pelas demais partes; e será necessário fazer um ajuste financeiro após a entrada em vigor do AIP. Esse processo é conhecido como Equalização de Gastos e Volumes (EGV).

O cálculo da equalização considera, de maneira proporcional, a diferença entre os gastos incorridos para a produção da jazida e as receitas decorrentes dos volumes de petróleo e gás natural, de cada parte. No caso da União, o ajuste considera o valor da receita decorrente da produção até aquele momento, descontados dos gastos realizados até a entrada em vigor do AIP, na proporção de sua participação.

Em 2020, a PPSA e a Petrobras fecharam um EGV no valor de R\$ 76 milhões referentes à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, objeto de contrato de partilha de produção assinado em dezembro de 2018. Esse é o quinto EGV negociado pela PPSA desde dezembro de 2018. Essas operações já garantiram, até o momento, uma arrecadação de R\$ 1,3 bilhão para a União.

## Equalizações já realizadas pela PPSA



## COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A PPSA é responsável pela comercialização de toda a parcela de óleo e gás natural de propriedade da União, à qual é destinada toda a receita. A superintendência de Comercialização é a responsável pela gestão desse processo. No momento, estão sendo comercializadas as parcelas de petróleo da União provenientes dos contratos de partilha de produção de Entorno de Sapinhoá e Área de Desenvolvimento de Mero, e as parcelas de gás natural dos contratos de Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e da participação da União na Jazida Compartilhada de Tupi. No ano passado, a PPSA comercializou mais de 2,8 milhões de barris de petróleo e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás natural.

As tabelas abaixo exibem as cargas de petróleo e volumes de gás natural comercializados pela União que entraram como receita em 2020:

CARREGAMENTOS DO QUINHÃO DE ÓLEO DA UNIÃO COMERCIALIZADOS EM LEILÃO (RECEITA EM 2020)				
Mês Carregamento	Mês receita (caixa)	Quantidade de barris	Área / Campo	Comprador
Dezembro/2019	Janeiro/2020	627 093	Entorno de Sapinhoá	Petrobras
Fevereiro/2020	Março/2020	503 289	Mero	Petrobras
Junho/2020	Julho/2020	505 361	Mero	Petrobras
Julho/2020	Agosto/2020	857 578	Entorno de Sapinhoá	Petrobras
Novembro/2020	Dezembro/2020	377 388	Entorno de Sapinhoá	Petrobras

<b>Volumes de gás natural da União comercializados com receitas em 2020</b>			
<b>Mês receita (caixa)</b>	<b>Volume (m<sup>3</sup>)</b>	<b>Área/Campo</b>	<b>Comprador</b>
<b>Janeiro/2020</b>	1.716.294	Entorno de Sapinhoá/Tupi	Petrobras
<b>Fevereiro/2020</b>	2.232.038	Entorno de Sapinhoá/Tupi	Petrobras
<b>Março/2020</b>	3.625.239	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Abril/2020</b>	4.948.215	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Maio/2020</b>	5.462.257	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Junho/2020</b>	4.109.050	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Julho/2020</b>	3.788.666	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Agosto/2020</b>	1.041.857	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Setembro/2020</b>	3.096.589	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Outubro/2020</b>	3.447.313	Entorno de Sapinhoá/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Novembro/2020</b>	2.090.378	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras
<b>Dezembro/2020</b>	2.242.497	Entorno de Sapinhoá/Tupi/Sudoeste Tartaruga Verde	Petrobras



## Agente comercializador

Embora, até o momento, a PPSA tenha comercializado diretamente todos os volumes de petróleo e gás de direito da União, a companhia decidiu contratar, para os próximos cinco anos, um agente comercializador para vender a produção de petróleo da União na Área Individualizada de Tupi. Em dezembro último, foi disponibilizado, para consulta pública, o pré-edital de licitação para essa contratação, prevista para o primeiro semestre de 2021.

Situado na Bacia de Santos, Tupi é o principal campo produtor de petróleo e gás natural dos reservatórios do pré-sal. É operado pela Petrobras (65%), com os sócios Shell (25%) e Petrogal (10%). Como a produção avançou para a área não contratada, em abril de 2019, foi efetivado um Acordo de Individualização da Produção (AIP), que concedeu à União uma participação de 0,551% na jazida compartilhada. Pelas estimativas iniciais, tal participação será equivalente a cerca de 3,5 milhões de barris de óleo em cinco anos, a um valor estimado de US\$ 218 milhões.

Por esse contrato pioneiro, o agente comercializador de Tupi será responsável, durante um período de cinco anos, por todo o processo de comercialização, incluindo a identificação do comprador, o carregamento no FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), o transporte até o ponto de transbordo ou entrega por cabotagem, o eventual transporte de longo curso e a contratação de seguros, a inspeção independente e a operação de proteção de preço de petróleo (*hedge*). A licitação está prevista para ocorrer ainda neste primeiro semestre de 2021.

### Base legal

A PPSA, por força da Lei nº 12.304 /2010, complementada pela nova redação dada pela Lei 13.679/2018, detém a competência de realizar as atividades de gestão dos contratos para comercialização de óleo e de gás natural da União, oriundos dos contratos de partilha e dos acordos de individualização da produção na área do pré-sal. A contratação de um agente comercializador tem previsão legal e é também contemplada pela Política de Comercialização vigente, publicada pela Resolução nº 15/2018 do CNPE. A licitação para o agente comercializador será regida por edital específico, pela Política de Comercialização, pela Lei nº 13.303/2016 e demais documentos legais vigentes.

# INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

Operações da companhia  
Realização orçamentária  
Receitas para a União



## OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Em 2020, a Pré-Sal Petróleo seguiu mantendo uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros, mantendo a geração de lucros e contribuindo positivamente para o equilíbrio das contas públicas. A receita bruta de serviços pela gestão de contratos e representação da União totalizou R\$ 72 milhões. Adicionalmente, a PPSA faturou as parcelas pendentes do bônus de assinatura no montante total de R\$ 99,8 milhões, relativas à 5ª Rodada, no valor remanescente de R\$ 50,9 milhões; à 6ª Rodada, no valor de R\$ 29,7 milhões; e à Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, no valor de R\$ 19,2 milhões, não restando quaisquer valores em aberto relativos a parcelas do bônus de assinatura. Dessa forma, o faturamento anual bruto totalizou R\$ 171,84 milhões.



A Pré-Sal Petróleo acumulou R\$ 4,5 milhões em receitas de aplicações financeiras. Recebeu aporte de capital de R\$ 2,4 milhões e, com isso, integralizou 100% do capital social. A companhia apurou lucro antes do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$ 84,4 milhões, registrando provisão para IR e CSLL de mais de R\$ 28,5 milhões. O lucro líquido, no exercício, foi de mais de R\$ 55,8 milhões.

## REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Do Programa de Dispêndios Globais de 2020, aprovado pelo Decreto nº 10.168 de 10/12/2019, foram realizadas 89% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 181,3 milhões. Desse total, 95% são receitas operacionais; 1%, aportes de capital do controlador; e 4%, receitas não operacionais. No que tange aos usos de recursos, foram realizados 72% dos usos de recursos planejados, perfazendo R\$ 140,7 milhões. Desse total, 38% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 31%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 19%, correlatos a dispêndios de capital; e 10%, a despesas com serviços de terceiros. Outros 3% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.

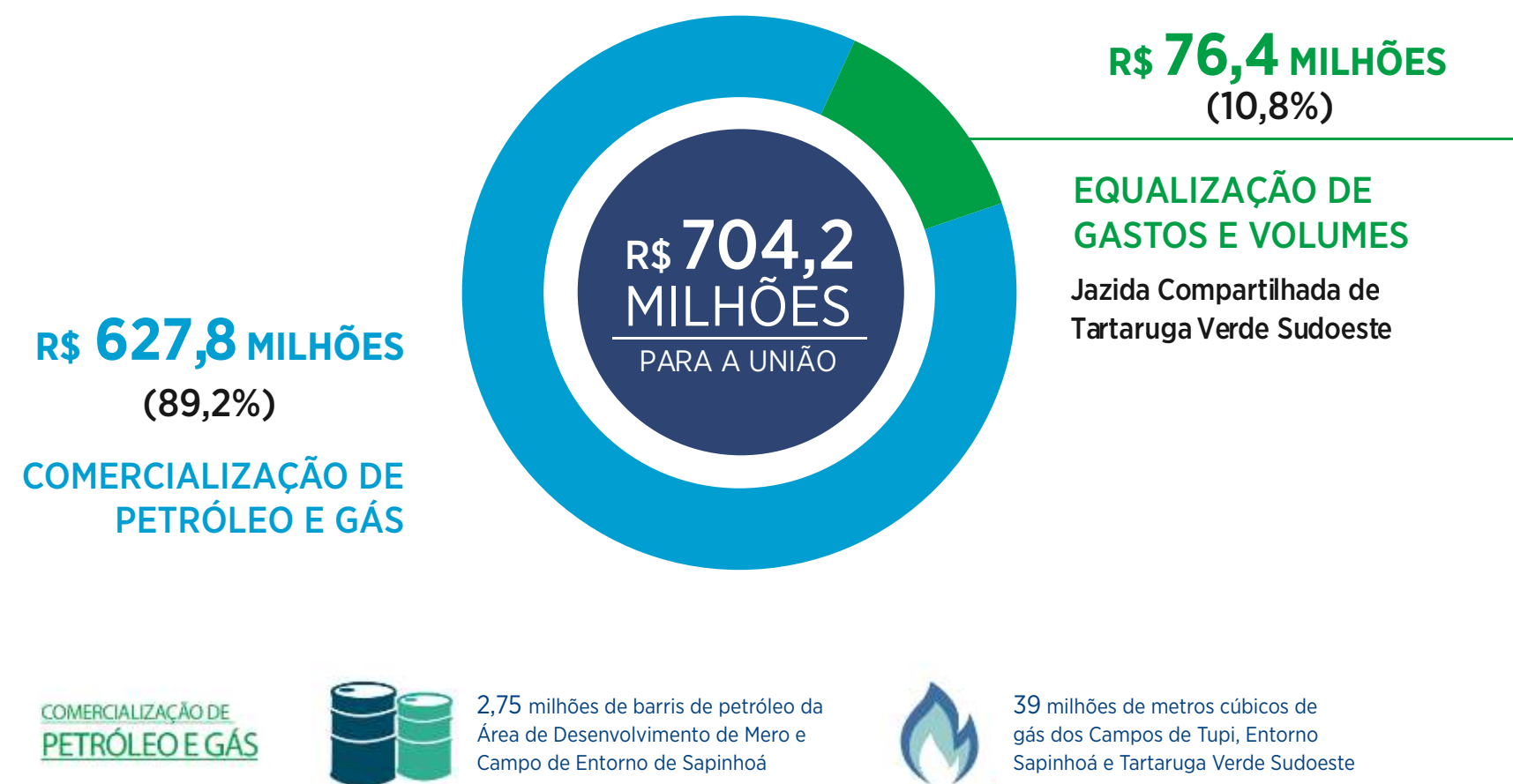


## RECEITAS PARA A UNIÃO

A PPSA arrecadou R\$ 704,2 milhões para a União em 2020. Desse total, 89%, correspondentes a R\$ 627,8 milhões, foram referentes à comercialização da parcela de petróleo e gás da União sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2019, é superior em 33,75% e, se comparado ao de 2018, quando a empresa iniciou essa atividade, é superior em 108%.

Os 11% restantes, correspondentes a R\$ 76,4 milhões, foram arrecadados por meio de um acordo de EGV assinado entre a PPSA e a Petrobras em junho de 2020, referente à parcela da União na produção de petróleo e gás natural no campo de Sudoeste de Tartaruga Verde, objeto de Contrato de Partilha de Produção assinado em 17 de dezembro de 2018. Em 2020, foram comercializados 2,8 milhões de barris de petróleo da Área de Desenvolvimento de Mero e do Campo de Entorno de Sapinhoá, que operam em regime de partilha de produção; e 37,7 milhões de metros cúbicos de gás dos Campos de Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e Tupi.

### ARRECADADAÇÃO 2020





# Pré-sal Petróleo

[presalpetroleo.gov.br](http://presalpetroleo.gov.br)